



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA**

PORTARIA Nº. 037, DE 05 DE ABRIL DE 2010

Outorgar a Agrenco Bioenergia Indústria e Comércio de Óleos e Biodiesel LTDA, o direito de uso dos Recursos Hídricos para captação de água e diluição de efluentes no Córrego do Rancho.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**, no uso das atribuições que lhe confere o Art.71, inciso IV, da Constituição Estadual c/c a Lei Complementar nº. 214, de 23 de junho de 2005, que cria a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA/MT); e,

Considerando os Termos da Lei Estadual 6.945, de 05 de novembro de 1997, que institui a Política Estadual de Recursos Hídricos;

Considerando o Decreto 336, de 06 de junho de 2007, que regulamenta o regime de outorga de águas no Estado de Mato Grosso;

Considerando a Resolução CEHIDRO n.º27 de 09 de junho de 2009, que estabelece critérios técnicos a serem aplicados nas análises dos pedidos de outorga superficial de Rios de domínio no Estado de Mato Grosso;

Considerando a Resolução CEHIDRO n.º29 de 24 de setembro de 2009, que estabelece critérios técnicos referentes à outorga para diluição de efluentes em corpos hídricos superficiais de domínio no Estado de Mato Grosso;

Considerando a Instrução Normativa n.º11, de 03 de setembro de 2008, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para os processos de outorga de uso de Recursos Hídricos de águas de domínio do Estado de Mato Grosso;

Considerando o disposto no Ato nº. 1.821, de 31 de março de 2010, que nomeia o Secretário de Estado do Meio Ambiente (SEMA/MT);

RESOLVE:



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA

Art. 1º Outorgar a Agrenco Bioenergia Indústria e Comércio de Óleos e Biodiesel LTDA, CNPJ nº 08.614.267/0002-61, doravante denominada Outorgada, o direito de uso dos recursos hídricos no Córrego do Rancho, com a finalidade de captação superficial para abastecimento e diluição de efluentes do empreendimento supracitado localizado no município de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, com as seguintes características:

I - Lançamento de efluentes na Coordenada Geográfica: 17º 13' 18,0" S e Long. 53º 20' 41,8" W, com uma vazão máxima de lançamento de 49,68 m³/h (0,0138 m³/s ou 13,8 L/s) e concentração máxima de Matéria Orgânica de 60 mg/L representada pela Demanda Bioquímica de Oxigênio (D.B.O_{5,20°C}), correspondendo a Carga Máxima de D.B.O_{5,20°C} de 48,51 Kg/dia;

II - Coordenada Geográfica do Ponto de Captação: 17º 13' 18,0" S e Long. 53º 20' 41,4" W, com uma vazão máxima de captação de 0,0833 m³/s ou 83,3 L/s, durante 16,15 horas por dia, 30 dias por mês, totalizando uma vazão diária de 4843,06 m³ e uma vazão anual de 1.767.717,63 m³;

III - O empreendedor deverá instalar um medidor de vazão contínua (antes do início da operação) no sistema de captação, com medições mensais cujo relatório terá que ser enviado semestralmente para a Gerência de Outorga;

IV O empreendedor deverá instalar medidor de Vazão de efluentes para monitoramento do lançamento de efluentes da última lagoa de tratamento (antes do início da operação) e enviar relatório semestralmente para a Gerência de Outorga;

V - O empreendedor deverá realizar o monitoramento da qualidade da água do manancial superficial (montante e jusante) e do efluente final. Os parâmetros a serem analisados no Córrego do Rancho são: Fósforo Total, Nitrogênio Total, Sólidos Totais, pH, Temperatura da Água, DBO_{5,20°C}, Turbidez, Oxigênio Dissolvido, Óleos e Graxas e Coliformes Termotolerantes mensalmente. Com relação ao efluente final os parâmetros: Temperatura da Água, Óleos e Graxas, pH, DBO_{5,20°C}, DQO, Sólidos em Suspensão e Sólidos Totais mensalmente. Os Relatórios das análises deverão ser encaminhados para a Gerência de Outorga trimestralmente



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA

até o prazo de validade desta outorga e as análises deverão ser realizadas por laboratório terceirizado e com cadastro no órgão ambiental;

VI - O empreendedor deverá realizar o monitoramento da vazão do manancial superficial no período de estiagem meses (julho, agosto e setembro de 2010) com intervalos de 30 dias entre as medições, pelo método do molinete e encaminhar o relatório no mês de Outubro de 2010, com a devida ART (anotação de responsabilidade técnica) do responsável pela medição para Gerência de Outorga.

Art. 2º A outorga objeto desta Portaria, vigorará até 24 de março de 2016, podendo ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, além de outras situações previstas na legislação pertinente, nos seguintes casos:

- I - descumprimento das condições estabelecidas no art. 1º;
- II - conflito com normas posteriores sobre prioridade de usos de recursos hídricos;
- III - incidência no art. 18 e incisos I e II do art. 12, do Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007;
- IV - indeferimento ou cassação de licença ambiental.

Parágrafo único. Para minimizar os efeitos de secas, o uso outorgado poderá ser racionado, conforme previsto no art. 20 e seus parágrafos, do Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007.

Art. 3º Esta outorga poderá ser revista, além de outras situações previstas na legislação pertinente:

- I - quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos indicarem a necessidade de revisão das outorgas emitidas;
- II - quando for necessária a adequação dos planos de recursos hídricos e a execução de ações para garantir a prioridade de uso dos recursos hídricos.

Art. 4º A Outorgada responderá civil, penal e administrativamente, por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer da presente outorga.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA

Art. 5º Esta Portaria não dispensa nem substitui a obtenção, pela Outorgada, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

Art. 6º O uso dos recursos hídricos, objeto desta outorga, poderá estar sujeito à cobrança, nos termos dos art. 13 e 14 da Lei Estadual nº 6.945, de 05/11/1997.

Art. 7º A Outorgada se sujeita a fiscalização da SEMA/MT, por intermédio de seus agentes ou prepostos indicados, devendo franquear-lhes o acesso ao empreendimento e à documentação relativa à outorga emitida por meio desta Portaria.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cuiabá, 05 de abril de 2010.

REGISTRADA,
PUBLICADA,
CUMPRA-SE.

ALEXANDER TORRES MAIA

Secretário de Estado do Meio Ambiente SEMA/MT

(Original Assinada)

**Publicada no D.O.E. do dia 07/04/2010.*